

Unidos, SPFs fazem Dia de Luta em 25 de abril

A política salarial ao longo do governo Lula foi marcada pelas "mesas de negociação" e pelo atendimento diferenciado das demandas das diferentes categorias do serviço público federal. Isso esvaizou as lutas conjuntas, quando - como ocorreu na reforma da Previdência, em 2003 - as entidades se uniam em atos unificados. O cenário agora é outro: reajuste zero, afirmação constante do governo Dilma desde o início de 2012. No caso do Judiciário, se vão mais de três anos sem PCS (PL 6613/09), que está parado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados por causa de manobras do governo, que impede a votação.

Esse quadro exigiu que mais uma vez se articulasse o Fórum Nacional de Entidades dos SPFs, que, em Santa Catarina, está fazendo reuniões semanais em Florianópolis. A conclusão é óbvia: com a aprovação da privatização da previdência (Funpresp) e a ameaça de congelamento salarial e demissão por insuficiência de desempenho, previstas em dois diferentes projetos, unir-se novamente é a saída para evitar perda ainda maior de direitos.

A Assembleia realizada no dia 19 no TRT12 aprovou a participação dos servidores do Judiciário catarinense no Dia de Luta, na quarta-feira, a partir das 15 horas, no Terminal Central, na Capital.

Na convocatória do ato, o Fórum Nacional, com 31 entidades, avalia que "se há uma crise que preocupa e atinge gravemente a população brasileira não é a crise do capital econômico, mas sim a do ser-

viço público. Precisando trabalhar cerca de quatro meses apenas para pagar impostos ao governo, o trabalhador não consegue ver a contrapartida na qualidade dos serviços que devem ser prestados pelo Estado. O excesso de problemas que afeta a população tem raiz na má administração do orçamento público".

GOVERNO DILMA CORTA VERBAS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E CONGELA SALÁRIOS

As entidades sindicais vão mostrar à população que, entre 2011 e 2012, o governo já concedeu ao empresariado aproximadamente R\$ 155 bilhões em isenção fiscal. Enquanto isso, no mesmo período, retirou das áreas sociais mais de R\$ 105 bilhões.

Os servidores do Judiciário sentem essa realidade no bolso. A falta de reajuste leva os trabalhadores a também engordar os lucros dos bancos, pela necessidade de entrar no cheque especial, pagar cota mínima no cartão de crédito e cada vez mais recorrer a empréstimos bancários. Ainda por cima, vários servidores tiveram desconto de parte do salário por participar de Greve, sendo que, recentemente, Enunciado do CNJ admite a possibilidade de compensação, através da negociação, e deixa em aberto como seria essa "compensação", se por hora/hora, porcentagens das horas, da colocação em dia do serviço acumulado etc.

Nesse quadro, a avaliação é de que somente a

retomada de um processo mais intenso de luta será capaz de pressionar o STF e o Executivo a negociar o PCS. Com a saída do ministro Cezar Peluso da presidência do STF e a posse do ministro Ayres Brito, abrem-se novas negociações, mas não dá para ficar esperando a boa vontade da cúpula do Judiciário, dos parlamentares e nem do governo. Foi a força das mobilizações da categoria que conquistou os outros três PCSs.

A necessidade de luta por parte dos servidores fica claro no discurso da Administração dos Tribunais, que absorveram a lógica do governo e rendem-se sem questionamento à cúpula do Judiciário. Questões fundamentais, como as propostas orçamentárias, são tidas como unicamente "técnicas", como se técnica não envolvesse política. As propostas do Sindicato para melhorar o orçamento, como ocorreu em reunião no dia 17 no TRT12, são tidas como algo "que não vai ter peso", "não vai ter impacto algum", "vai ser até desconsiderada".

Isso deixa claro que não podemos esperar que venham de graça o reajuste salarial, as melhores condições de trabalho, o fim das ameaças a direitos adquiridos. Demorou, mas os servidores públicos federais uniram-se novamente. Agora, em Santa Catarina, vamos mostrar, como já fizemos no passado, a capacidade de briga dos servidores

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina que será realizada ASSEMBLEIA GERAL no dia 26 de abril do ano de 2012, quinta-feira, às 13h30 horas, na rampa do TRT, na Capital, com os seguintes pontos de pauta:

- 1 - Informes gerais;
- 2 - Mobilização/Campanha Salarial;
- 3 - Discussão e deliberação sobre a comissão de planejamento estratégico do TRT.

Florianópolis, 20 de abril de 2012

Coordenação Geral do SINTRAJUSC

do Judiciário. Caso contrário, serão mais meses ou anos vendo o vencimento murchar e o endividamento com os bancos aumentar.

Fenajufe acompanha tramitação de pedidos de adicional de penosidade para quem atua em zonas de fronteira

No dia 24 de fevereiro de 2011, a Fenajufe protocolou no CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho), CJF (Conselho da Justiça Federal), TSE e STM requerimento reivindicando o pagamento do adicional de penosidade aos servidores do Judiciário Federal, com o foco nos que atuam em regiões que fazem fronteira com outros países. No documento, a Federação solicita que os tribunais superiores e os conselhos baixem "ato regulamentar necessário ao início do pagamento do adicional de atividade penosa de que tratam os artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90, relativamente aos servidores do Poder Judiciário da União", utilizando como precedente regulamentação editada pelo MPU.

A Assessoria Jurídica da Fenajufe obteve a informação de que no CSJT o pedido de providência 1362-32.2011.5.90.0000 foi negado, sob a alegação de que competência para apreciação caberia ao CNJ. Provocado, o Conselho Nacional de Justiça argumentou que não poderia deliberar sobre o assunto antes de decisão dos Conselhos ou Tribunais. Diante desse entendimento, a Fenajufe apresentou um novo pedido junto ao CSJT

no dia 28 de junho do ano passado, que recebeu o número PP 4254-11.2011.5.90.0000 e tem como relatora a conselheira Maria Cristina Irigoyen Peduzzi. Segundo o levantamento da Assessoria Jurídica Nacional, o pedido aguarda pareceres técnicos.

No STM, no dia 5 de outubro do ano passado, o pedido foi negado pelo presidente do Tribunal. No dia 16 do mesmo mês foram apresentados pedido de reconsideração e recurso administrativo. Em nota publicada no dia 23 de outubro, o presidente do STM negou a reconsideração, mas determinou o envio do recurso administrativo ao relator. No STM, o processo recebeu o número 14024/2011 (ADM), mas não há informação sobre sua tramitação. Para saber detalhes, a Assessoria Jurídica da Fenajufe encaminhou requerimento pedindo informações sobre o andamento deste processo administrativo.

A Fenajufe também vai fazer um levantamento sobre como está a tramitação do mesmo pedido no CJF e no TSE e divulgará em breve as informações obtidas.